

diversas que estabelecem um diálogo entre várias práticas de escrita, conferindo ao texto uma notação de hibridismo.

<sup>1</sup> Raul Brandão, *As Ilhas Desconhecidas*, Lisboa, Comunicação, 1988.

<sup>2</sup> Micheline Tison-Braun, *Poétique du Paysage*, Paris, Librairie A. G Nizet, p. 17.

<sup>3</sup> Cfr. a este propósito Philippe Hamon em *Introduction à l'analyse du descriptif*, Paris, Hachette, 1981, pp. 180-223.

<sup>4</sup> Raul Brandão, *op. cit.*, p. 37.

<sup>5</sup> *Ibid.*, pp. 162-64.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 115.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>9</sup> Veja-se Philippe Hamon, *op. cit.*, pp. 122-23.

<sup>10</sup> Raul Brandão, *op. cit.*, p. 137.

<sup>11</sup> *Ibid.*

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 82.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>14</sup> Raul Brandão, *op. cit.*

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>19</sup> Vitorino Nemésio, *Jornal do Observador*, Lisboa, Verbo, 1974, pp. 69-70.

<sup>20</sup> Raul Brandão, *op. cit.*, p. 35.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>22</sup> Vergílio Ferreira, *Espaço do Invisível*, II, Lisboa, Bertrand, 1990, p. 178.

<sup>23</sup> Raul Brandão, *op. cit.*, p. 61.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 129.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 142.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 144.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 98.

## Galés e galeões, aventuras e naufrágios, piratas e ladrões no romance helenístico e na *História Trágico-Marítima*

Adriana Freire Nogueira

Universidade da Madeira

Este trabalho foi elaborado com base em quatro textos: dois romances helenísticos, *Quéreas e Calíroo*, de Cáriton de Afrodísias<sup>1</sup>, e *Habrócomes e Ántia*, de Xenofonte de Éfeso<sup>2</sup>, e dois relatos de naufrágios incluídos na *História Trágico-Marítima* (compilada por Bernardo de Brito), «Relação da viagem e naufrágio da nau S. Paulo» e «Tratado das batalhas e sucessos do galeão Santiago [...] e da nau Chagas».

Não se fará distinção entre Pirata e Corsário pois, se bem que estas palavras tenham um sentido diferente – *bandido por conta própria* e *bandido a soldo de um Estado*, respectivamente, o facto de a actividade em si não ser diferente e de os relatos também não apontarem a diferença, levou a esta opção.

### 1. Datação.

Pensou-se, durante muito tempo, que o romance de Cáriton fosse o último dos romances helenísticos, mas hoje está classificado como o primeiro, não devendo a datação ultrapassar o século I d. C.<sup>3</sup>. Xenofonte é geralmente enquadrado no século II d. C.<sup>4</sup>. Os relatos da *História Trágico-Marítima* datam do século XVIII, reportando os escritos, no entanto, ao século XVI e XVII, em plena Expansão Portuguesa.

### 2. Panorâmica.

A partir do momento em que se começou a navegar no Mediterrâneo (4.º milénio a. C.), a actividade da pirataria e do banditismo, a par do comércio e da marinha de guerra, passou a ser comum e até uma das mais importantes. O passo seguinte foi a descoberta da navegabilidade dos oceanos e a descoberta de novos continentes.

A ligação do homem ao mar não surge nestes textos como uma relação idílica, mas sim mais cruel, mais selvagem. Ou simplesmente mais realista.

Os piratas são bandidos e ladrões mas, a par de grande crueldade, conseguem ter atitudes de grande dignidade. Não sendo a intenção de nenhuma destas obras dedicar-se ao estudo da pirataria, a importância e frequência desta actividade permite que possamos analisar as informações que de facto nos transmitem, desde o tipo de actividades que praticavam até quem eram, na realidade, os piratas, quais os valores morais que demonstravam possuir, os ritos e leis, os castigos que aplicavam e os de que eram vítimas.

Apesar dos textos de base e da actuação dos piratas (os mais antigos no Mar Mediterrâneo e os outros nos oceanos Atlântico e Índico) serem de natureza diferente, a actuação em causa era semelhante.

Este pequeno estudo procurou tratar a pirataria e as actividades que lhe estão associadas, como o banditismo, a abordagem e a pilhagem. Nos relatos da *História Trágico-Marítima* ver-se-á como os piratas não foram apenas os *outros*; foram-no também os Portugueses em relação a alguns povos que encontraram.

São duas as palavras gregas usadas para esta actividade: *peirates* e *lestes*. Esta última está atestada como mais antiga e abrange sentidos como *ladrão*, *bandido*, *usurpador*, *saqueador* e, particularmente, *pirata*.

Duas razões podem ser apresentadas como evidentes para justificar a existência desta temática nos romances gregos:

a) a pirataria fazia parte do universo grego e era naturalmente referida como parte do quotidiano (não só do viajante);

b) a necessidade dramática da própria narrativa (que impelia os amantes a uma separação) teria levado o autor a recorrer aos artificios de que dispunha a fim de obter os resultados desejados (como o *suspense*, a emoção, a «simpatia» para com determinadas personagens...). É assim que surgem nestas obras tópicos da literatura universal, como a morte aparente, o suicídio por amor, ou o relato de práticas exóticas, muito ao gosto da época.

Este tipo de narrativas, pleno de peripécias e emoções, terá tido um grande número de leitores, como se depreende pela quantidade de papiros encontrados em regiões afastadas umas das outras.

Também os relatos dos naufrágios foram bastante vulgarizados. Ema Tarracha<sup>5</sup> indica que estas narrativas «constituíram, nos séculos XVI e XVII um subgénero literário muito apreciado pelos leitores da época, e popularizado como 'literatura de cordel', por serem vendidos em folhetos os vários relatos dispersos».

### 3. Conhecimentos geográficos.

Os locais de passagem mencionados correspondem a uma realidade geográfica. Os erros actualmente reconhecidos foram cometidos certamente por ignorância, não apenas do autor, mas pelas deficiências da época. O público para quem escreviam poderia não ser muito viajado ou culto, mas os escritores eram-no. Xenofonte mostra um profundo conhecimento das *Histórias* de Heródoto e transmite esses dados nas suas aventuras, contrariamente a alguns romances da Antiguidade que situavam os seus heróis em locais imaginários<sup>6</sup>. Sobre os autores das narrativas dos naufrágios, diz António Sérgio que eram «Pessoas instruídas, e algumas delas doutíssimas, da mais alta esfera intelectual do País. [...] no autor do naufrágio da nau *S. Paulo*, Henrique Dias, que na qualidade de boticário serviu a Corte, revela-se-nos um espírito vivaz e culto, e até ostentador do seu saber literário [...] quanto ao autor do *Tratado das Batalhas e Sucessos do Galeão 'Santiago' e da Nau 'Chagas'*, Melchior Estácio do Amaral, notável perito das coisas do mar, revela plenamente a sua cultura mental pelo próprio método e ordenação explicativa com que estuda as causas dos procedimentos das naus»<sup>7</sup>.

### 4. Como reconhecer um barco de piratas.

Defenderem-se da pirataria era um problema de todos os navegadores, pois a identificação das naus não era simples. Tanto numa época como noutra, os barcos usados por piratas e comerciantes eram semelhantes. Lionel Casson<sup>8</sup> explica que as galés ou galeras (barcos que se moviam com a força dos remadores) foram «produto afamado da engenharia naval grega<sup>9</sup> [usados] primeiramente para a guerra e pirataria e paralelamente para o comércio».

E os próprios textos dão-nos conta dessa impossibilidade de reconhecer à primeira vista a natureza das embarcações e dos seus tripulantes. Diz Xen. Éfeso I, XIII, 1: «Acontece que estavam em Rodes uns piratas de origem fenícia ancorados junto deles numa grande galé, como quem transporta mercadorias».

E Cáriton, I, VII, 1: «Havia um tal Têrão, homem mau que atravessava o mar praticando acções indignas, e que tinha um bando de malfeitores escondidos nos portos, disfarçados de mercadores; era pois um chefe de piratas».

Nos relatos da *História Trágico-Marítima* encontramos várias referências às confusões que os Portugueses por vezes faziam quando viam uma nau e não reconheciam imediatamente se era amiga ou inimiga, mas sabendo que em certos locais o mais provável seria mesmo encontrarem piratas, receberam, por exemplo,

esta ordem por parte do rei: que fossem até à Ilha de Santa Helena, como Sua Majestade mandava, levando o galeão a ponto de guerra, e que achando algum navio surto o acometesse [...] e que, acontecendo que aparecessem mais naus que as da sua companhia (que era indício certo de serem inimigos), se fizesse à vela»<sup>10</sup>.

Se bem que os Holandeses (povo referido aqui neste passo) tivessem barcos bem apetrechados para a guerra e cerca de 100 homens em cada um que se dividiam para fazer todas as tarefas (os Portugueses transportavam 300!), não se conseguia ver, à distância, se seriam amigos ou inimigos. E quando, dado o peso do carregamento da sua nau, mesmo tendo visto três naus desconhecidas, os Portugueses tiveram de aportar em Santa Helena, os Holandeses mandaram um batel de reconhecimento, com fingida amizade; mas os marinheiros lusos reconheceram os «Sinais claros de batalhas e de inimigos» a saber: «bandeiras e galhardetes largos, tocando trombetas, com toda a artilharia abocada e a gente coberta. E colocaram-se em posição de ataque, deixando um galeão ancorado e os outros dois afastados do porto» [p. 186].

##### 5. *Ser pirata.*

Os piratas que os Portugueses encontravam eram, por vezes, homens nobres de linhagem ou de atitude, como o Conde Cumberland ou o famoso Francis Drake [p. 215].

Ser pirata, na Antiguidade, não significava que o fossem a tempo inteiro (tal como vamos ver em relação aos Portugueses), ou que vivessem exclusivamente da pirataria. Por vezes acontecia chegarem a uma cidade e aí ficavam, «não como bandidos, mas como quem vinha ver a cidade» [Xen. Éfeso, IV, I, 1]. Outros, sendo os chefes, não participavam directamente nos assaltos, mas tinham homens a seu soldo; isto acontecia tanto com Apsirto, em Xen. Éfeso como com Maurício Nassau, holandês. O conselho de Estado deste último envia naus para comercializar com o Rei de Sunda<sup>11</sup> e para aproveitar a ocasião e roubar os Portugueses. Através da pirataria conseguiam obter lucros rápidos e substanciais. No «Tratado das batalhas e sucessos do galeão Santiago [...] e da nau Chagas, os Holandeses bombardearam os barcos portugueses, cumprindo a ordem expressa dos seus superiores de «não [as] albalroando nunca» [p. 183].

Depois, obrigam os sobreviventes do bombardeamento a reparar os navios para que pudessem transportar as mercadorias que os Portugueses tinham trazido das suas viagens. Conta-nos o autor um pormenor desta atitude de ganância dos piratas [p. 218]: «e andando nestes consertos viram ao mar uma nau, que cuidaram

ser da Índia, e houve entre eles grande alvoroço de irem a ela, com tenção de a tomarem, mas ela os tirou desse pensamento, porque se foi governando ao Sul, e desapareceu antes de eles fazerem vela, do que mostravam em extremo magoados, dizendo que lhes escapara outra nau da Índia».

##### 6. *Ações dos piratas.*

Os povos que viviam em ilhas ou perto da costa sofreram sempre mais ataques do que os do interior, se bem que os bandidos actuassem tanto no mar como em terra: «Saqueavam tudo o que fosse entrave e submetiam-nos ao seu poder, incendiando aldeias e degolando muita gente» [Xen. Éfeso, IV, I, 1].

«Atacam a aldeia de Areia, matando os seus habitantes e incendiando as casas» [Xen. Éfeso, V, II, 7].

«Havia naquele lugar uma floresta frondosa. E errantes durante toda a noite nessa floresta, foram capturados pelo pirata Hipotoo» [Xen. Éfeso, II, XI, 11].

Os Portugueses, para além de terem sido vítimas de actos paralelos, agiram, também eles, com atitudes de pirataria e selvajaria em relação a outros povos. Daí que a desconfiança ao ver naus ou gentes desconhecidas fosse natural. Estando os Portugueses em terra [«Relação da viagem e naufrágio da nau S. Paulo», p. 91] encontram alguns malaios vindos do mar. Vão ter com eles levando a incumbência de «saber deles quem eram e onde estávamos, e se fretariam aquela embarcação ou se lha venderiam, ou outra alguma [...] quando não, lha tomassem pela força de armas».

O autor justifica este «roubo» que os seus compatriotas planeiam fazer com a fome que tinham e a necessidade de encontrar comida.

E assim fizeram. Após terem travado uma batalha com os indígenas, e terem vencido, trouxeram consigo «cinco negros amarrados; e metidos logo a tormento, para que falassem». Depois, não obstante terem ficado com tudo o que os indígenas possuíam (farinha de sagu, arroz, contas e manilhas), «se lhes cortou a cabeça a cada um, a bordo, com um machado, o que eles sofreram com tão grande ânimo, uns perante os outros, que acabado de matar um, e lançando-se ao mar, se oferecia logo o outro com a cabeça ao talho; e deu-se a vida a um que era piloto, que sabia a navegação desta costa e tínhamos dele necessidade» [p. 93].

Não pouparam uma vida por piedade ou humanidade, mas por interesse.

## 7. Tipos de pirataria.

Nem todos os que encontramos a roubar e saquear o fazem premeditadamente ou como forma única de subsistência. O último exemplo mostrou como assim foi, estando em causa a sobrevivência e a incapacidade de lidar com a situação sem ser pela força.

Havia, no entanto, uma pirataria organizada, como seria a dos Holandeses que tinham como um dos objectivos das viagens, a par do comércio, o roubo. Este roubo incluía, não só as mercadorias, mas um outro género de apropriação, a espionagem. O capitão holandês («Tratado das batalhas e sucessos do galeão *Santiago* [...] e da nau *Chagas*») saudou o capitão português, consolou-o e pediu-lhe que entregasse toda a carga: «o livro de carregação e as vias, regimento e mais papéis que trazia, com toda a pedraria» [p. 206].

O capitão-mor recusou, para que os inimigos não «soubessem os segredos de Sua Majestade».

Outra das funções destas viagens era adquirir um maior conhecimento de cosmografia. Diz o autor que os Holandeses iam «para debuxarem e estamparem a ilha de Santa Helena, que muitos festejam em quantas tábuas a estampam» [p. 197], fazendo nesses desenhos apenas o frontispício, enquanto os Portugueses eram mais completos, pois faziam «com toda a regra da cosmografia, com todas as suas pontas, enseadas e ribeiras».

(É de referir que a ilha de Santa Helena, ao largo de Angola, é descrita com pormenores sobre os tipos de peixes, sobre o clima, a geografia, a fauna e a flora.)

Os piratas traziam «artífices de pintura e escultura» para fixarem «os portos, terras e trajes das gentes onde aportassem» [p. 185].

Além deste tipo de pirataria, havia outros: a chamada pirataria *de formigueiro*, que era o nome que se dava aos piratas que se contentavam com pilhagens de pequeno vulto, e a pirataria que apelidarei *de circunstância*. Os homens não queriam inicialmente ser piratas, mas as circunstâncias levavam a isso.

Como exemplo, Xen. Éfeso [III, XII, 2] refere os pastores fenícios que se dedicavam igualmente ao comércio e à pirataria, quando a oportunidade surgia: «Lá, uns pastores, lançando-se a eles, pilham as suas mercadorias, rendem os homens e conduzem-nos a Pelúcio, cidade do Egipto [...] e aí vendem-nos a um e a outro».

Hipotoo explica por que se dedicou a esta actividade: «Aí, devido às dificuldades da vida e ao desencorajamento dos acontecimentos, juntei-me aos piratas». É ele quem vem a ajudar os heróis do romance a reencontrarem-se. Mais tarde casa com uma velha rica e a sua sorte muda: «a sua vida em comum durou pouco; quando ela morreu, ele herdou muitas riquezas e bem estar» [Xen. Éfeso V, IX, 1].

## 8. Sentimentos.

Se alguns bandidos mostravam sentimentos piedosos, como aquele pirata que, ao saber do castigo que destinavam a uma jovem prisioneira, «compadeceu-se e lamentou a sua desgraça» [Xen. Éfeso IV, VI, 5], outros correspondem à tradicional ideia do pirata terrível e insensível. Diz Cáriton a propósito de Terão, um pirata já anteriormente referido: «todos os outros morriam de sede e Terão, até naquela ocasião, foi mau: ao subtrair a água, roubava os companheiros de assaltos» [Cáriton, III, III, 12].

Os ingleses Francis Drake e o Conde Cumberland<sup>12</sup> são apresentados como excepções. Francis Drake, ao assaltar uma nau portuguesa, deixou que todos saíssem dela com o que pudessem levar sobre o corpo; «e assim houve homem que sobre si levou dous vestidos e pedraria e outras cousas, e até colchas e alcatifas tiraram envoltas em escravos; e quando desembarcaram, [...] não pareciam roubados, senão que desembarcavam da sua nau com muito gosto» [p. 215].

Só retirou um crucifixo de ouro do pescoço do capitão por a sua religião (protestante/luterana) não permitir imagens.

É referido também o exemplo do Conde Cumberland. Ao assaltar uma embarcação, não deixou que ninguém se aproximasse da câmara de uma senhora de nobre linhagem que seguia a bordo. Em contrapartida, mandou enforcar *sem remissão* um capitão que lhe desobedeceu. Remata o autor: «primores certos dignos de memória de um Conde luterano (que é mágua não ser católico), e que o fazem tão famoso como a trajano ser justicoso, se não fora perseguidor da Igreja».

O bandido Hipotoo conta: «No início estive sob as ordens do bando, mas no fim [...] constituí eu próprio um grupo que foi estimado durante muito tempo».

## 9. Igreja.

Os Portugueses consideravam que as suas acções eram aprovadas por Deus, não só pela protecção da Igreja Católica, que enviava padres nas expedições, como por Jesus Cristo, directamente: «principalmente favorecidos por Nosso Senhor Jesus Cristo» [p. 196].

Em nome da religião tiraram terras aos mouros na Península e em África, e foram evangelizar o Novo Mundo. Estabeleceram importantes tratados (como o de Tordesilhas) e acharam que os outros não tinham direito às suas descobertas: «E assim, se os hereges e piratas perguntarem (como eles perguntam) quem deu esta conquista mais aos portugueses que a outra nação se lhes responda que nosso

Redentor Jesus Cristo e a sua Santa Madre Igreja Romana, Esposa sua sagrada [...] De maneira que parece que está bem provado, contra as perguntas que fazem os piratas, a acção com que os portugueses têm esta santa conquista.

«E pelo conseguinte se prova contra os holandeses rebeldes, contra seu rei e senhor e contra a obediência da sua santa Igreja Romana, a pouca e nenhuma acção que eles têm para irem ao Oriente, nem para tomarem os portos descobertos pelos portugueses, e muito menos para lhes tomarem suas naus, nem para debuxarem e estamparem a ilha de Santa Helena, que muitos festejam em quantas tábuas a estampam. E pois os corsários, a quem ela não pertence, tanto a festejam, só pelo que ela em sua paragem importa aos que nela portam» [pp. 196-97].

Torna-se evidente que os piratas conversavam com os Portugueses, questionando o poder que estes diziam possuir. E também faziam juízos morais sobre o comportamento dos navegadores de Portugal. No «Tratado das batalhas e sucessos do galeão Santiago [...] e da nau Chagas» é referido que os Holandeses viajavam com pouca carga, por questões de segurança e, em contraponto, indica-se a imensa carga que os Portugueses traziam no Galeão Santiago quando este foi atacado. As cargas de uns e de outros são mencionadas, diz o autor, para que não se torne a repetir, «pois se pode esperar encontrarem-se outras vezes com eles».

Por seu lado, os Holandeses disseram: «Dizei, gente portuguesa, que nação haverá no mundo tão bárbara e cobiçosa, que cometa passar o cabo da Boa Esperança na forma que todos passais, metidos no profundo mar com carga, pondo as vidas a tão provável risco de as perder, só por cobiça; e por isso não é maravilha que percais tantas naus e tantas vidas; e o que mais nos espanta é ver que não vindo este navio, nem para navegar, nem para pelejar, vos ponhais muito siso a quererdes batalha connosco» [p. 213].

#### 10. Técnicas de defesa e de ataque.

Havia nesta época (1601) carreiras regulares de e para a Índia, mas a actividade da pirataria terá sido uma das razões que fez com que se tivesse que enviar mais galeões<sup>13</sup> para aquela rota. As naus saíam juntas<sup>14</sup>, em frota, para mais tarde se separarem; era uma forma de resistirem melhor a prováveis ataques, que «havia muitos na costa».

As naus portuguesas preparavam as suas armas para possíveis ataques e procuravam não parar em determinados locais (como a ilha de Santa Helena) de modo a não estarem tão à mercê de piratas. Mas, por vezes, as ordens a que têm de obedecer são rigorosas, como as que recebe o Galeão *Santiago*:

- fazer a rota até Santa Helena;
- «esperar até todo Maio pelos dous galeões [...] para daí todos irmos buscar a costa de Portugal, onde há cossários»;
- atacar qualquer navio que aí estivesse ancorado;
- atracar na primeira ponta da ilha, dado que
  - a) se estivessem lá inimigos, podiam defender a baía de quem estava em terra, pois de dentro não se atingia aquela ponta;
  - b) se não estivessem lá inimigos, aquele também era o local ideal, pois mais facilmente podiam impedir ataques pelo mar;
- chegados a terra, deveriam armar «três peças de artilharia, bombardeiros e gente, a cuja sombra ficaria a nau melhor defendida, e para ofender a quem viesse demandar o porto» [p. 182];
- apenas se os navios ancorados na ilha fossem mais poderosos é que não deveriam arriscar e sim passar ao largo;
- também se, estando em terra e tendo explorado o local para saber se não estariam lá escondidos inimigos, vissem naus inimigas em número que não pudessem lutar contra elas, deveriam partir.

A técnica da abordagem e de abalroar<sup>15</sup>, que os Holandeses tinham ordem de não usar, já era usada no século IX a. C. e tanto Gregos como Fenícios reclamam serem os seus inventores.

Xen. Éfeso, I, XIII, 4, descreve uma abordagem: «Os piratas, tendo decidido desta forma, começavam a navegar tranquilamente ao longo da costa, à volta do navio de Habrócomes; por fim, cerca do meio dia, quando todos jaziam na nau, quer pelo excesso de bebida, quer por distração, quer adormecidos ou ociosos, chegavam ao pé deles os do bando de Corimbo que se lançam muito rapidamente ao navio [...]; Quando ficaram próximos, saltaram para a nau, bem armados e com as espadas em punho; nessa altura [os efésios], devido ao pavor, precipitam-se no mar e morrem, ou então, ao tentarem combater, são degolados».

Esta descrição assemelha-se à que é dada aquando da batalha dos Portugueses contra os Holandeses no «Tratado das batalhas e sucessos do galeão *Santiago* [...] e da nau *Chagas*».

#### 11. Organização do bando.

O narrador da «Relação da viagem e naufrágio da nau *S. Paulo*» não diz o que acontece ao negro que pouparam para lhes servir de guia, mas Xen. Éfeso conta

que os piratas «acolhiam companheiros de pilhagem de entre os naturais da terra, que eram os guias do trajecto [...]; reuniam todas as embarcações por entre as aldeias [onde passavam, conseguindo o bando atingir] quinhentos homens».

Os locais de recrutamento estão explícitos no romance de Cáriton: «Encontrou alguns nas casas de prostituição, outros nas tabernas».

As características requeridas para se ser um pirata também é Cáriton que as apresenta: deveria ser corajoso, inteligente, prudente e não deveria ser medroso, tímido, traidor nem desertor.

### 12. *Punições.*

O romance de Cáriton mostra como Terão é torturado antes de ser empalado. Alguns eram crucificados.

Na «Relação da viagem e naufrágio da nau *S. Paulo*» os Portugueses punem com a morte os negros que fazem prisioneiros, como castigo por estes lhes terem morto os companheiros em combate. Por sua vez, são massacrados por outra tribo indígena [pp. 100-1]. No cap. VII do «Tratado das batalhas e sucessos do galeão *Santiago* [...] e da nau *Chagas*» conta-se o que aconteceu após a batalha que durou três dias: oito holandeses e um português tentam remediar o galeão que estava todo furado dos bombardeamentos. Vendo que não conseguiam, os Holandeses fogem do barco que se está a afundar e matam quem tentou fugir com eles nas lanchas. Mas a esperteza de um português ficou na história: o escrivão do galeão, tendo sido apenas ferido, «se lhes pode meter na lancha, e, deitando-se nela como morto, enquanto eles se ocupavam na morte dos demais, ficou ali com vida» [p. 210].

Os outros Portugueses não tiveram a mesma sorte. Foram levados até outra ilha onde foram tratados «cruelmente [...] com todos os desprimores possíveis que se não puderam esperar de gente bárbara [...] e antes de os lançarem em terra, [...] foram passando aos nossos um a um pela busca do corpo e vestidos, por verem se não desembarcavam com alguma pedraria ou peça de ouro. E digo pela busca do corpo e vestidos, porque não somente os despiam e descalçavam e davam buscas pelas partes exteriores, mas ainda pelas interiores, até lhes meterem por elas os dedos; e contra a sua vontade lhes faziam beber um copo de vinho para lançarem da boca alguma pedra, se nela a levassem» [p. 214].

### 13. *Conclusão.*

Discute-se o poder considerar estas narrativas de viagens e aventuras como parte da literatura de viagens, tomada como género. Se for tomada como tema, então o tema da viagem faz parte destas histórias, como faz parte da *Odisseia*. J. D. Pinto Correia afirma, na análise crítica que faz à *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto: «alguns batem[-se] pela restrição do conceito de Literatura de Viagens, reservando-o para as obras que dão conta de relatos, descrições ou impressões de um escritor, de um vulto histórico, ou de um simples turista, sobre paisagens, gentes, costumes, de que se tomou conhecimento ao longo de uma progressiva procura do novo, do desconhecido»<sup>16</sup> e, assim sendo, a sua aceitação dentro desta categoria poderá não ser evidente, apesar de haver quem considere, ainda assim, estes textos como Literatura de Viagens<sup>17</sup>.

Não sendo esta a ocasião para alongar a discussão, a minha ideia foi propor pontos de futuras explorações deste aspecto específico que é a pirataria, quer como recurso artístico, quer como relato de realidades, independentemente da natureza mais ou menos ficcional da obra em análise.

<sup>1</sup> Citado como Cáriton, seguido do número do livro e do capítulo em numeração romana e do parágrafo em numeração árabe.

<sup>2</sup> Citado como Xen. Éfeso, seguido do número do livro e do capítulo em numeração romana e do parágrafo em numeração árabe.

<sup>3</sup> Cfr. Perry, Ben Edwin, *The Ancient Romances. A Literary-Historical Account of Their Origins*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1967, pp. 96 segs. e nota n.º 1 (pp. 343-44), e citado doravante como Perry, seguido do número da página.

<sup>4</sup> Perry, p. 345.

<sup>5</sup> Tarracha Ferreira, Maria Ema (leitura e selecção de textos, organização, introdução e notas de), *Literatura dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Ulisseia, 1993, p. 110.

<sup>6</sup> Cfr. A. Diógenes e as suas *Maravilhas para Além de Tule*.

<sup>7</sup> «Em torno da *História Trágico-Marítima*», in Sérgio, António, *Obra Completa, Ensaios*, VIII, Lisboa, Clássicos Sá da Costa (Nova Série), 1974.

<sup>8</sup> Casson, L., «Sailings», in Roebuck, Carl, *The Muses at Work: Arts, Crafts and Professions in The Ancient Greece and Rome*, Cambridge, The Mit Press, 1969.

<sup>9</sup> As traduções das citações de autores estrangeiros, bem como dos textos gregos em análise, são da minha responsabilidade.

<sup>10</sup> As citações foram retiradas da edição de Damião Peres (vide Bibliografia).

<sup>11</sup> Nome indígena de Java; nome das ilhas da Malásia.

<sup>12</sup> Citados, na edição de Damião Peres, como *Francisco Draque* e *Conde Cumberland*.

<sup>13</sup> «Tratado das batalhas e sucessos do galeão *Santiago* [...] e da nau *Chagas*», cap. 1, «galeões para passarem à Índia com socorro de gente, munições e dinheiro, de que Sua majestade entendeu

que aquele Estado carecia, ou pela perda que houve nele no assalto do Cunhale». O Cunhale era o nome de um conhecido corsário mouro, inimigo dos Portugueses, pois actuava no percurso para a Índia.

- <sup>14</sup> Na medida em que o tempo e as marés o permitissem: «E porque não puderam aprestar tantas naus para saírem juntas em uma maré, as foram lançando assim como se puderam aviar».
- <sup>15</sup> A abordagem não implica necessariamente uma colisão entre os navios, como a abalroação. Esta última técnica provocava danos nos navios que não agradavam aos atacantes. Daí, talvez, a ordem dos chefes holandeses.
- <sup>16</sup> Cfr. Bibliografia, pp. 19-20.
- <sup>17</sup> Opinião de Rhode, citado por Billault (*vide* Bibliografia).

Billault, Alain, *La création romanesque dans la littérature grecque à l'époque impériale*, Paris, PUF, 1991.

Brito, Bernardo Gomes de, *História Trágico-Marítima*, ed. de Damião Peres, 2 vols., Porto, 1937.

Casson, L., «Sailing», in Roebuck, Carl, *The Muses at Work: Arts, Crafts and Professions in Ancient Greece and Rome*, Cambridge, The Mit Press, 1969.

Doiron, Normand, «L'art de voyager. Pour une définition du récit de voyage à l'époque classique», in *Poétique*, n.º 73, Fevereiro de 1988, pp. 83-108.

Perry, B. Edwin, *The Ancient Romances. A Literary-Historical Account of Their Origins*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1967.

Pinto Correia, J. David (apresentação crítica, selecção, resumos, glossários e sugestões para análise literária), *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, Comunicação, 1979.

Tarracha Ferreira, Maria Ema (leitura e selecção de textos, organização, introdução e notas de), *Literatura dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Ulisseia, 1993.

## *A Formosa Lusitania: viagem à roda de um país*

Luísa Soares Opitz

Universidade Nova de Lisboa

Que um tradutor se reclame autor é o que uma estética literária moderna parece aceitar como ponto se não ainda definitivamente assente pelo menos aber-  
tamente problematizante.

Numa perspectiva de comunicação literária, a obra seria então vista, mais do que nunca, como texto em situação, o que levaria a considerá-la como constituinte de uma pragmática linguístico-literária. Admitir-se-ia, como Bange, ao justificar o seu binómio «literatura e pragmática» que «le concept de 'texte' (...) doit être considéré comme une catégorie pragmatique, qu'il doit être analysé comme un texte en situation de communication. La 'littérarité' serait donc à situer au plan de la communication, dans le cadre d'une recherche pragmatique»<sup>1</sup>.

Assim sendo, uma relação privilegiada que, talvez mais do que qualquer outra, apontaria para essa assim vista «literariedade», seria precisamente a de autor/  
/tradutor. Relação essa, aliás, que corresponderia a uma forma apurada daquela intencionalidade tanto pragmática como «transcendente» que o texto, como signifi-  
ficante maior, não só consente como transmite. Razão, pois, para crer que a transferência de sentido que dois sistemas linguísticos operam remete para todo um conjunto de subtilezas co-textuais e contextuais que reverteria numa posição nobre a atribuir ao tradutor literário, como autor da sua tradução-própria.

Por outro lado, toda uma linguística da enunciação, também ela participante ou então integrante de uma pragmática literária, poderia, neste caso, fazer admitir que os critérios enunciativos, a ordenarem a posição discursiva de quem traduz, presentificam aquelas circunstâncias de produção de um texto que, sendo essencialmente de outrem, envolvem outrem na sua muito própria e essencial secundaridade criativa.

Ora, as notas que um tradutor possa acrescentar ao texto traduzido em abono da própria obra a traduzir, reflectem certamente essa essencial secundaridade criativa. Que dizer, porém, daquelas notas que mais do que supletivas procuram converter essa secundaridade em primaridade criativa?